

TERRITÓRIO: CATEGORIA GEOGRÁFICA DAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS¹

LEAL, Adílio Alves ²

adiliogeo@yahoo.com.br

FONSECA, Gildete Soares ³

gildettesoares@provenorte.com.br

RESUMO

Este estudo tem por objetivo caracterizar a gama de pensamentos sobre o conceito território, não deixando de abordar as temáticas espaço, lugar e discussões sobre desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização, que ganham foco e contribuem de maneira significativa para uma visão holística e apurada do conceito. Nesta linha de raciocínio, a pesquisa foi organizada a partir de levantamento bibliográfico. A discussão do conceito de território, no campo geográfico, tem sua raiz na chamada Geografia Clássica e permaneceu, durante muito tempo, intrinsecamente relacionada de forma quase exclusiva à idéia de território nacional, ou vinculada à Natureza, elemento fundamental do conceito de espaço vital estudado por Ratzel. A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto, apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação sócia. Neste sentido o território é a base do Estado, a própria condição de sua existência, pois é nele que se encontram os recursos naturais que sustentam a sociedade; assim, o poder político apresenta-se como a forma máxima, sendo todos os demais poderes a ele subordinados. O conceito de território perpassa por várias perspectivas (materialista, idealista e integradora), visões e concepções que discutem a temática e demonstram que cada enfoque dado à categoria ocorre em função das discussões que se pretende levantar - na contemporaneidade a análise das territorialidades no espaço geográfico abarca em diversas correntes científicas, o que tem enriquecido o conteúdo teórico desta categoria. Perceber e analisar os processos de (des)-(re)-(multi)-territorializações e as suas facetas dentro da atual conjuntura socioespacial são temáticas deste estudo, tão em voga e de tamanha relevância dentro da Ciência Geográfica.

Palavras Chave: Geografia - Categoria - Território - Perspectivas.

INTRODUÇÃO

A categoria geográfica Território tem sua raiz na Geografia Clássica, permanecendo muito tempo ligada à idéia de território nacional. O território tinha uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras, o que só vem corroborar a relação de poder presente no espaço.

¹ Eixo temático: Respostas teórico-metodológicas da Geografia perante as recentes espacialidades.

Resultado do Trabalho de Conclusão de Curso – intitulado - Reflexões sobre a categoria geográfica território.

² Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES-MG.

³ Graduada e especialista em Geografia pela UNIMONTES –MG. Mestranda em Geografia pela PUC-SP. Professora do ensino superior da UNIMONTES-MG e do ensino médio do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais.

O presente estudo tem por objetivo caracterizar os mais diversos pensamentos sobre o conceito território, a começar pela visão ratzeliana, abordando as temáticas territorialização, desterritorialização, reterritorialização e a multiterritorialização, discutidas, entre outros pensadores, por Rogério Haesbaert. É válido ressaltar que não é possível deixar de elucidar as categorias geográficas espaço e lugar ao caracterizar território. A pesquisa consiste em fundamentação teórico-conceitual a partir de levantamento bibliográfico acerca do território e das discussões desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização.

A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. Santos (1996, p. 189 -190) afirma ser:

O Estado-Nação [...] essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) um povo; 3) a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania.

Raffestin (1993) contradiz pontuando que o espaço é anterior ao território, considera o espaço matéria-prima onde se desenvolverá um trabalho que caracterizará o território, por desencadear uma relação de poder. O território é a expressão de um conjunto de tessituras, redes e nós que se entrelaçam e permitem que as áreas de exercícios de poder (nós) se conectem por meio das redes e formem a tessitura territorial.

Existem várias perspectivas (materialista, idealista e integradora), visões, concepções que discutem território e demonstram que cada aspecto dado à categoria ocorre em função das discussões que se pretende levantar.

No contexto das perspectivas surge o debate de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização, que não deve ser visto simplesmente como processo de perda do território concreto (substrato), de identidades econômicas, sociais, políticas e culturais; passagem de um território para um outro; destruição ou abandono. A desterritorialização é o inverso da territorialidade, movimento pelo qual os grupos sociais desapropriam seus territórios. A reterritorialização é um movimento de (re) construção, (re) significância de valores, costumes, cultura. Haesbaert (2006a, p. 138) estabelece que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para o outro, abandonando territórios, fundando novos”.

No entender de Haesbaert (2006a), a noção de multiterritorialização pode ser identificada por muitos como desterritorialização. Mas, muito mais que o desaparecimento dos territórios, discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização significa construir territórios muito mais múltiplos, tornando muito mais complexa a multiterritorialidade. Haesbaert (1994, p. 214) afirma “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”.

No atual contexto do espaço contemporâneo, as redes permitem que as informações sejam disseminadas em pequenos espaços de tempo, dissolvendo a idéia de distância. As pessoas, muitas vezes sem se darem conta, abandonam seus territórios e dominam outros com grande facilidade, mas isto não significa que um território foi destruído, já que eles mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico, gerando uma nova configuração espacial-geográfica.

Diante dessas análises, conceituar território é muito complexo, uma vez que

pode ser discutido por diversas perspectivas, mas torna-se inegável considerá-lo uma categoria que aborda a manifestação das ações num espaço, construídas pela sociedade numa relação de poder. Abandonar um território (desterritorializar-se), fundar um novo território (reterritorializar-se) e assim engajar em diversos espaços territoriais (multiterritorializar-se) é o vivenciado na atual conjuntura contemporânea, marcada pela interatividade das redes, predominando o poder desde a escala espacial do local ao global.

1. Território: conceitos, definições e perspectivas

A institucionalização da Geografia contou com a colaboração de grandes pensadores, tais como Humboldt, Ritter, Ratzel, Vidal de La Blache [...], e, nesse processo, a Ciência Geográfica se interessou por vários fenômenos que acontecem sob a superfície da Terra, dificultando a definição do objeto de estudo, tornando-a, assim, complexa. Dessa forma, ao longo da Evolução do Pensamento Geográfico algumas categorias se consolidaram como lugar, espaço, paisagem, região e território. Carvalho (2005, p. 141) aborda a abrangência da Ciência Geográfica “Ciência do espaço, dos lugares, das relações homem-meio, das territorialidades, das paisagens, dos estados, da guerra...” e aponta que a Geografia tem a ”vocação de abraçar o mundo” (CARVALHO, 2005, p. 144).

A categoria território durante muito tempo esteve atrelada quase exclusivamente à idéia de território nacional ou vinculada à Natureza, elemento fundamental do conceito de espaço vital estudado por Ratzel (1988), que afirmava ser um povo mais civilizado, quanto mais intenso era o uso do meio, pois mais sofisticadas eram suas técnicas de produção. Os povos considerados civilizados eram aqueles que conseguiam organizar um Estado-Na o como expressão do grau máximo de coesão social e de acúmulo de patrim nio cultural. Ao Estado cabia defender o território e lutar por mais espaço (vital).

Haesbaert (2004) assevera que o termo território nasce de uma dupla conota o, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com domina o (jurídico-política) da terra e com a inspira o do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta domina o, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Nas palavras de Sposito (2004, p.112-113), território:

[...] compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma na o se deslocam. Ele tem sua verticalidade [...]. Ele vai além da superfície com terra, estendendo-se ao mar, quando este é compreendido nas águas territoriais de um país [...] enfim, o território [...] pode ser compreendido [...] pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

O território não está desvinculado de sua origem epistemológica - a posse de terra – mas têm também é dotado de uma bagagem cultural, ou seja, diz respeito tanto ao poder, no sentido mais concreto, de domina o, quanto no sentido mais simbólico, de apropria o. A apropria o do território por um grupo social é um processo gerador de raízes e identidade entre os indivíduos, e desse modo o grupo passa a não poder ser mais compreendido sem o seu território, base de sua história, cultura e sustenta o.

Santos et al (2000, p. 12) prefere distinguir o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados”. Pela análise, torna-se impossível dissociar funcionalidade de

simbologia, mesmo um território funcional desenvolve geossímbolos que podem ser de atração (território visto como lugar afetivo), e de repulsão (considerado como não-lugar). A respeito da categoria de lugar, Santos (1999, p. 259) diz que:

[...] é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade, [...].

Lugar, razão e emoção agindo simultaneamente. Pode-se exemplificar através do sem-teto as várias percepções em relação a um território. O sem-teto tem o viaduto com a funcionalidade de abrigo, enquanto para as demais pessoas é uma estrutura que serve para passagem de veículos.

Raffestin (1993, p.143) aborda que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”. O território é construído a partir do momento que o espaço torna-se alvo de uma ação. Esta visão pontua que o espaço é anterior ao território, sendo aquele considerado preexistente de qualquer ação. Sobre a temática espaço, Côrrea (2001, p.18) esclarece ser: “[...] um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência.”. Assim, o espaço ante-representando não o é mais, transforma-se num espaço vivido, ou se preferir, num território em (re) produção.

Territórios são relações sociais projetadas no espaço concreto que podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ser antes instáveis que estáveis, ter existência regular ou periódica.

Dentro de um espaço vários territórios podem ser (re)criados conforme a intencionalidade de seus agentes, e mais, pode-se permitir que sejam interligados por meio de redes. Raffestin (1993, p. 151) discute que “esses sistemas de tessituras, de nós e de redes [...] permitem realizar a integração e a coesão dos territórios”.

A visão de Raffestin concebe o território em seu sentido absoluto, não explorando o seu sentido relacional. Sobre isto Souza (2001, p.97) aborda que território impescinde de um espaço social: “[...] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. O território é também relacional, não porque envolverá um emaranhado de relações sociais, mas por abarcar a complexidade dessas relações ao espaço onde são desenvolvidas. Haesbaert (2006b) afirma que, por ser o território um espaço relacional, não se deve considerá-lo como estático, enraizado, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional é dotado de dinamicidade, fluidez, conectividade e também de geograficidade.

Ao discutir Território, torna-se imprescindível informar/ponderar o contexto a que se refere, ressaltar as concepções/perspectivas em que é problematizado, já que a oscilação de uma para outra signifique também mudanças de ideologias.

1.1. Território e a natureza: perspectivas materialistas

As perspectivas materialistas discutem território como materialidade, ou seja, fazendo alusão à posse de um espaço (terra) que não ocorrerá sem que aja disputa. Dentro destas perspectivas há ramificações de concepções: naturalista, econômica, política e cultural, todas tecem distintas ideologias sobre a função do território como matéria. Dentro das concepções naturalistas, Sposito (2004, p.113) entende que o

território “termina por se transformar em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar ou proteger”. Neste contexto, representa a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e meios materiais de sua existência. Nas palavras de Haesbaert (2006b, p.47),

(...) hoje, em muitos lugares do mundo, estamos bem distantes de uma concepção de território como “fonte de recursos” ou como simples “apropriação da natureza” em sentido estrito. Isto não significa, contudo, que estas características estejam completamente superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua “territorialidade” ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, o sentido físico do termo.

A concepção econômica enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e nas relações capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. Santos (1996) discorre que território é a base espacial onde se encontram dispostas formas, objetos e ações, transformados pela sociedade a partir de um modo de produção. A produção, representada no processo econômico, tem na base física territorial ponto de partida para a efetivação das territorialidades, concretizadas nas formas e estruturas espaciais distintas, ou seja, a exploração da natureza continuaria sendo um dos sustentáculos da construção econômica do território. Sposito (2004, p. 116) aborda território na concepção econômica: “[...] condição básica e referência histórica para consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção”.

Na concepção política o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Segundo Souza (2001), para Ratzel o território é o espaço com seus elementos naturais e humanos, apropriado e ocupado por um grupo social ou pelo Estado.

A concepção cultural prioriza a dimensão mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A ocupação territorial é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria intrinsecamente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagens, etc.). Esta concepção vem sendo bastante abordada na Geografia Humanística.

As perspectivas materialistas subdividem em elementos/concepções que vão da corrente naturalista à cultural. Saquet (2003, p.28) ressalta:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais.

O território é este emaranhado de forças de poder que agem e proporcionam a (re)construção das territorialidades. Forças essas ligadas à natureza, de ordem econômica, política e/ou cultural. Todas estão imbricadas na composição do território contribuindo para seu arranjo heterogêneo.

1.2 . Território e simbolismo cultural: perspectivas idealistas

As perspectivas idealistas têm adquirido uma amplitude nas discussões que enfatizam mais abertamente a dimensão ideal-simbólica do território. A lógica culturalista dá ao território um pertencimento que implica na representação da identidade cultural, marcada por geossímbolos. Neste contexto o território é primeiro um valor, pois a existência e a necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida. O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. Sobre isso, Haesbaert (2006b, p.50) ratifica: “(...) que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era ocupado de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-religiosa”.

Não existe entre a sociedade e seu espaço uma simples relação de territorialidade, mas também uma ideologia do território, pois tudo o que se encontra no entorno entre o homem é carregado de algum significado, o território não traz em si somente o “ter”, mas o “ser”.

1.3. As diferentes dimensões sociais do Território: perspectiva integradora

Esta perspectiva faz uma leitura do território em sua totalidade, ou seja, não se distingue e restringe a uma única visão (seja ela natural, econômica, política ou cultural), mas concebe esta categoria geográfica em uma visão integradora.

Alguns debates sobre território, abrangendo as diversas temáticas discutidas ocorrem em função de demonstrar os fundamentos da organização territorial da sociedade, assim, optando por abordar a temática que mais seja conveniente podendo ser esta de base cultural, técnico-econômica, ou de fundo político. Haesbaert (2006a p. 75 -76) considera não ser tarefa fácil “fundir” todos esses territórios em um único,

[...] dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de “integrar” de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural. [...] Sobrariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, [...] ou trabalhar com a idéia de uma nova forma articulada/conectada, ou seja, integrada.

Percebe-se claramente que a visão integradora do território parte do pressuposto de uma imbricação de múltiplas relações de poder entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas numa interação espaço-tempo. No contexto da contemporaneidade, deve-se entender que esta perspectiva só será possível a partir da articulação com as redes, através das múltiplas escalas, que se estendem do local ao global.

2. Desterritorialização, Reterritorialização e Multiterritorialidade

A desterritorialização é abordada por estudiosos das Ciências Sociais, Geografia, Antropologia e da Economia de forma variada. Haesbaert (2006a) cita alguns autores: Santos (1999), na obra *A Natureza do Espaço*, discute o termo desterritorialização relacionando-o à ‘desculturização’; Ianni (1992) associa desterritorialização a

desenraizamento e globalização, também Ortiz (1994), entre outros. Conforme Haesbaert (2006a, p.28-29):

Ortiz (1994) fala de uma desterritorialização que seria dominante na modernidade contemporânea [...]. A sociedade moderna é vista por Ortiz como “um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si” (1994:50) [...].

Haesbaert (2006a) confirma que na década de 1990 foi o geógrafo Milton Santos quem mais instigou o discurso sobre território e desterritorialização; contudo, dedica uma análise especialmente aos filósofos franceses Deleuze e Guattari, pois reconhece neles a importância dada ao termo. Ampliando a discussão, pode-se apoiar em Guattari e Rolnik (1986, p. 323).

O território pode-se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho [...].

A própria desterritorialização possui múltiplas faces: econômicas, políticas, culturais e todas são enaltecidas sob o prisma das categorias sociais envolvidas.

A perspectiva econômica não sustenta apenas uma desterritorialização, fica claro que, ao conectar-se economicamente às regiões mais longínquas, está estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de território-mundo.

No tocante à perspectiva política sobre desterritorialização, ela está diretamente vinculada a uma concepção de território como criação e sustentação do Estado. Haesbaert (2006a) diz que Deleuze e Guattari consideravam o Estado, sobretudo como um agente desterritorializador. O aparecimento do Estado seria responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização à medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. Trata-se de uma des-re-territorialização complexa, que ao mesmo tempo em que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social. Haesbaert (2006a, p. 198) aborda:

O que podemos depreender destas reflexões sobre a ambigüidade de um papel reterritorializador ou desterritorializador do Estado é que, primeiro, o Estado é uma entidade muito genérica que deve ser historicamente situada, e, segundo, que ele carrega sempre, indissociavelmente, o papel destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante.

O processo de desterritorialização numa perspectiva cultural retrata a (re) significação de símbolos, marcos históricos, identidades. Esta percepção é retratada no trecho da letra da música “Sobradinho”, de autoria de Sá e Guarabyra (1975) “[...] *Adeus remanso, casa nova, sento sé; Adeus pilão, arcado, vem o rio te engolir; Debaixo d’água lá se vai a vida inteira [...]*”. Percebe-se que a construção da Hidrelétrica de Sobradinho promove a desterritorialização simbólico-cultural das populações locais, levando à destruição de lugares históricos inseridos na vida de cada pessoa, à medida que têm uma relação sentimental profunda com tais lugares, não compensadas por indenizações materiais. As sociedades, ao mesmo tempo em que

dissolvem laços territorializadores, criam novos, inicialmente mais gerais e abstratos, mas que com o tempo revelam um profundo sentimento reterritorializador.

As tecnologias cada vez mais dinâmicas na aceleração das transformações do espaço social conduzem a uma (re)definição dos territórios. Souza (2001) alerta que o território neste final de século incorpora um elemento novo, talvez inovador, em termos de percepção do espaço-tempo: a instantaneidade. Isso se deve ao processo de desterritorialização em que redes mundiais ativadas dominam uma espécie de organização extraterritorial do espaço. Na atualidade, este discurso está pautado na emergência de uma sociedade em rede, em contraponto à sociedade territorial. Com relação ao conceito de redes, Dias (2001, p. 148) expõe:

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência de redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo -, que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder.

O território, enquanto mediador das multifaces do poder, dinamiza as relações econômicas, políticas, culturais, criminosas [...] e de acordo como o processo de dominação/apropriação, o território será um elemento desterritorializador dos agentes sociais que nele estão inseridos.

As redes, em geral, ao estimularem os fluxos e o extravasamento, encontram-se a serviço da desterritorialização, principalmente no que se refere à sua articulação com os circuitos de fluidez da globalização. Mas elas acabam quase sempre integradas também, em outras escalas, a uma dinâmica reterritorializante. Haesbaert (2001) deixa clara a importância de se frisar que a produção do espaço envolve sempre, simultaneamente, a desterritorialização e a reterritorialização e que este processo acaba sempre direcionando fluxos ou definindo escalas de ação entre redes, muitas vezes, extrapolando suas fronteiras.

Na visão de Haesbaert (2001), território e rede podem formar um binômio onde esta pode ser um elemento fortalecedor daquele, principalmente ao promover a interligação de fluxos de transportes, das movimentações financeiras e a comunicação das pessoas. O poder exercido por meio das tecnologias de informação faz com que se possa exercer controle sobre territórios muito distantes, e a descontinuidade dos territórios se torna muito mais corriqueira. Contudo, não quer dizer que tenha diminuído o peso da materialidade nos processos sociais mais relevantes e que, por isso, tenha ocorrido uma desterritorialização, mas que os espaços passaram a condensar em áreas ou redes fisicamente muito mais restritas a essa materialidade e a todos os movimentos de ação da sociedade.

As redes são sistemas que, por um lado, conectam os capitalistas e aceleram a circulação da elite planetária, e por outro lado gera uma massa desprovida sem as menores condições de acesso a essas dinamicidades e autonomia para definir seus circuitos de vida. A desterritorialização no contexto da pós-modernidade (últimas décadas do século XX e início deste século) não se restringe à ausência de um espaço onde a sociedade possa (re)territorializar-se, mas, ao processo de (re)territorialização, e como está o acesso das pessoas a estes nós e malhas conectados pelas redes.

A humanidade vivencia uma perversa globalização, em que os territórios estão voláteis a processos de desterritorialização como método de exclusão social. De acordo com Santos (1996, p. 170), os benefícios desse processo “não atinge a todos os atores, não é utilizada igualmente por todos os agentes; e somente beneficia a uns poucos, em detrimento do maior número [...]. Benko (2002, p.70) completa que “o processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão

social em todos os países” .

Pode-se afirmar que o mundo vive um de seus períodos mais contraditórios e complexos, em que se mesclam os mais diversos níveis de (des)territorialização. Na verdade, encontra-se intrinsecamente ligada à globalização (estimulada por redes), movimentos neoterritorialistas de (re)enraizamento, que muitas vezes promovem a (re)construção de identidades tradicionais e a exclusão sócio-econômica e cultural mais violenta, “sem identidade”.

A desterritorialização pode ser (re)pensada como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de ser um movimento territorializador, pode ser interpretada como um processo relacional, em que o próprio território torna-se mais complexo e mais flexível mergulhado nos sistemas de rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro lado, menos flexível, marcado pelos tantos muros que separam incluídos e excluídos.

A compressão espaço-tempo está sempre a serviço da construção de novas territorialidades, ainda que com um conteúdo imaterial muito maior. Esta compressão ou o desencaixe também produz novas formas de articulação próximo-distante e, assim, de valorização e de controle do espaço, enfatizando ainda mais o seu caráter relacional. O território também é produzido no movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento o que representa um tipo de controle, principalmente por haver um controle das redes (territórios-rede) e uma rearticulação de limites.

Pode-se afirmar que além de vir sempre indissociavelmente ligada à reterritorialização, aquilo que significa desterritorialização para uns é, na verdade, reterritorialização para outros (manifestando seu profundo sentido relacional), o que aparece como desterritorialização em uma escala ou nível espacial pode estar surgindo como reterritorialização em outra (ressaltando o caráter multiescalar). Seguindo este raciocínio, não haveria desterritorialização apenas pelo fato de que ela é o outro lado da territorialização. Haesbaert (2006a) retrata que na contemporaneidade surge não o domínio da desterritorialização sobre a territorialização, mas a afirmação de um outro elemento que não os exclui, a multiterritorialidade.

A multiterritorialização está ligada à concepção de território, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, e a partir disso formular uma territorialização efetivamente múltipla. Haesbaert (2004, p. 19) afirma que “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas”. O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta um sentido multi-escalar que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de uma multiterritorialidade. Neste contexto, toda ação que efetivamente pretenda ser transformadora, necessita trabalhar com a multiplicidade dos territórios.

Considerações finais

Conforme abordadas ao longo da pesquisa, as perspectivas materialistas subdividem-se em concepções: naturalista, econômica, política e cultural. A concepção naturalista diz que o território representa a porção do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e meios materiais de sua existência. Na concepção econômica, o território pode ser entendido como a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores, e historicamente determinadas segundo as regras do modo de

produção vigente em cada época. A concepção política trata o território como a base geográfica de um Estado, a própria condição de sua existência, já que é nele que se encontram os recursos naturais que sustentam a sociedade. É definido por meio de limites e fronteiras. Na concepção cultural, ou simbólico-afetiva, o território é espaço das experiências vividas, onde as relações entre atores, e destes com o espaço, são permeadas pelos sentimentos e pelos geossimbolismos atribuídos aos lugares. Espaços apropriados pelas práticas que lhes garantem certa identidade social.

Diante do trabalho realizado tendo como respaldo o estudo de diversos autores, pode-se inferir que não existe uma conceituação conclusiva das categorias geográficas, principalmente quando se trata de território, (des)-(re)-(multi)-territorialização, temáticas científicas que não são/estão estáticas, mas que vêm se (re)construindo. Dessa forma, noções e conceitos são construções que estão em constante (re)formulação, sendo (re)definidos e aprimorados a cada novo avanço dos pensamentos científico e filosófico. O território é dotado de historicidade e, não menos, de geograficidade. Não há definição permanente, mas o debate é diretamente influenciado pelo contexto que está inserido e não se pode pensar o território a-historicamente, pois sempre que é analisada, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária.

O tema é amplo, permitindo inúmeras análises. Diversas correntes científicas e filosóficas contribuem para seu aprofundamento, mas é válido ressaltar que este estudo parte, sobretudo, de um enfoque geográfico. Com isso, a maior contribuição da Ciência Geográfica, no âmbito da proposta, é gerar problematizações acerca da categoria, buscando um entendimento não único e imutável, mas diverso e amplo, capaz de viabilizar um discernimento do território no espaço geográfico contemporâneo.

Referências

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Côrrea, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENKO, Georges. Organização Econômica do território. Algumas Reflexões sobre a evolução no século XX. Trad. Antônio de Padua Danesi. In: SANTOS, Milton et all. (Orgs). **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CARVALHO, Marcos Bernardino. **Geografia: Ciência da Complexidade**. Boletim da Paulista de Geografia, Nº 83. São Paulo: AG, 2005. p.141-162.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Côrrea, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I E. de et all. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. **Micropolitica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Mito da Desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994, pp. 206-214.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. I. E.de et al (orgs). **Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.

_____. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Porto Alegre (RS), 2004 disponível em <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> acessado 10 / 08/ 2008.

IANNI, Octávio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução por Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL. F. **Géographie Politique**. Paris: Econômica, 1988.

SÁ E GUARABYRA. Sobradinho. In: **Melhores Momentos**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1975.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos- AGB-, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Côrrea, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do**

pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, Iná Elias. EGLES, Cláudio.A.G. MIRANDA, Mariana. et al (org). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.